



**PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL**  
**Ata da 172ª reunião, realizada em 5 de abril de 2017**

1 Em 5 de abril de 2016, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual  
2 de Política Ambiental (COPAM), na sede da Secretaria de Estado de Meio  
3 Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte.  
4 Participaram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: o presidente Jairo  
5 José Isaac, secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
6 Sustentável, e o presidente suplente Germano Luis Gomes Vieira, secretário  
7 adjunto da SEMAD. Representantes do poder público: Juliana Pereira da Cunha,  
8 da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Lino  
9 Ramos do Nascimento, da Secretaria de Estado de Cultura (SEC); Kleber Gesteira  
10 Matos, da Secretaria de Estado de Educação (SEE); Leonardo Carvalho Ladeira,  
11 da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag); Marina Imaculada  
12 Ferreira Caldeira, da Secretaria de Estado de Saúde (SES); Lidiane Carvalho de  
13 Campos, da Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas (Setop);  
14 Guilherme Augusto Duarte de Faria, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
15 Econômico, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sedectes); Letícia Capistrano  
16 Campos, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Danielle Braga Valaci  
17 Pontes Ferrari, da Secretaria de Estado de Fazenda (SEF); Geraldo Vitor de  
18 Abreu, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda); Carlos  
19 Henrique Sousa da Silva, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Andressa de  
20 Oliveira Lanchotti, da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ); Douglas de Carvalho  
21 Henriques, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da  
22 Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG); Polyana Faria Pereira, do  
23 Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
24 (Ibama); Licínio Eustáquio Mol Xavier, da Associação Mineira de Municípios  
25 (AMM). Representantes da sociedade civil: Jurandir Anastácio Silva, da  
26 Associação Comercial e Empresarial de Minas (ACMinas); Carlos Alberto Santos  
27 Oliveira, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais  
28 (Faemg); Alberto José Salum, da Federação das Indústrias do Estado de Minas  
29 Gerais (Fiemg); Wagner Soares Costa, do Conselho da Micro, Pequena e Média  
30 Indústria; Eduardo Antônio Arantes do Nascimento, da Federação dos  
31 Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetaemg); Rinaldo  
32 César Mancin, do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram); Adriano Nascimento  
33 Manetta, da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Gustavo  
34 Bernardino Malacco da Silva, da Kaluana Upiara Conservação e Gestão  
35 Ambiental; Carlos Ernest Dias, da Associação de RPPNs e Outras Reservas  
36 Privadas de Minas Gerais (Arpemg); Ronaldo Vasconcellos Novais, da  
37 Organização Ponto Terra; André Mundstock Xavier de Carvalho, da Universidade

38 Federal de Viçosa – Campus de Rio Paranaíba; Miguel Angelo Andrade, da  
39 Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Eliane Silva  
40 Ferreira Almeida, da Universidade Fumec; Alírio Ferreira Mendes Júnior, do  
41 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea); Adalberto Carvalho de  
42 Rezende, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME). **Assuntos em pauta. 1)**  
43 **EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2)**  
44 **ABERTURA.** O presidente Jairo José Isaac declarou aberta a 172ª reunião do  
45 Plenário do Conselho Estadual de Política Ambiental, cumprimentou todos os  
46 presentes e desejou boas-vindas. Em seguida, passou a palavra ao secretário  
47 adjunto Germano Luis Gomes Vieira, que fez o registro de correspondências  
48 recebidas pela SEMAD endereçadas ao COPAM e deu outros informes.  
49 “Correspondência enviada pelo deputado estadual Cássio Soares – ‘Encaminhado  
50 em anexo meus agradecimentos ao Conselho Estadual de Política Ambiental, a  
51 todos os seus membros, pelo constante empenho e participação no debate das  
52 ações e planos legislativos voltados para a preservação do meio ambiente e para  
53 a promoção do desenvolvimento sustentável. No biênio 2014 a 2016, a Comissão  
54 de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Legislativa  
55 encontrou apoio na dedicação e na competência de cada uma das instituições  
56 defensoras do meio ambiente para enfrentar grandes desafios: a crise hídrica, as  
57 queimadas e incêndios florestais, a situação das nascentes e a necessidade de  
58 novas legislações. Foi um prazer, na presidência de tão importante comissão,  
59 contar com o conhecimento técnico e a experiência de todos na proteção do meio  
60 ambiente e na promoção do desenvolvimento sustentável. Mesmo não mais à  
61 frente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da  
62 Assembleia Legislativa de Minas, permaneço à disposição dos senhores para  
63 juntos continuarmos o trabalho e mantermos o compromisso com o nosso meio  
64 ambiente e com o desenvolvimento sustentável. E nessa empreitada desejo a  
65 todos o mais absoluto sucesso.’ Então fica o registro. Nós temos uma nova  
66 composição da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa.  
67 Relembramos que no ano de 2017 completam 40 anos da fundação do COPAM.  
68 Fundado em 77, inicialmente, era uma comissão. O surgimento vem com a  
69 necessidade de uma resposta às preocupações do então governador de Minas,  
70 Aureliano Chaves, que foi tocado pelas questões trazidas pela Conferência de  
71 Estocolmo, em 72. O modelo do COPAM foi idealizado pelo ex-secretário de  
72 Ciência e Tecnologia José Vargas e foi referência para a criação do próprio  
73 Conama e para todos os Estados da Federação. Em 87, tornou-se um conselho  
74 paritário, deliberativo, com a representação do poder público e da sociedade civil  
75 em um espaço de ideias, conceituação e importantes decisões para a política  
76 ambiental do Estado. O seu pioneirismo deve sempre ser destacado e a sua busca  
77 incessante por avaliar o desenvolvimento de Minas com a sustentabilidade, uma  
78 marca que vem sendo imprimida ao longo de seus 40 anos. Importantes  
79 deliberações foram votadas no âmbito do Conselho ajudando a mudar a política  
80 ambiental de Minas, com uma visão plural, multifacetada, ajudando a pensar não

81 somente o papel que exercemos, mas o papel que exerceremos nos próximos 40  
82 anos. É uma honra muito grande exercer a função de secretário executivo do  
83 COPAM no momento em que se comemoram os seus 40 anos de fundação, luta e  
84 atitude positiva e propositiva, sempre vigilante com relação às questões  
85 ambientais mineiras. Neste ano o COPAM completa seus 40 anos, e o Conselho  
86 Estadual de Recursos Hídricos, os seus 30 anos. Em razão disso, através da  
87 assessoria de comunicação da SEMAD, nós estamos organizando uma  
88 solenidade para, junto com os dois Conselhos, marcarmos essa data, não só para  
89 pensar o que foram esses últimos anos, mas também refletir sobre o que mais nós  
90 podemos fazer diferente no âmbito desses dois Conselhos.” **3) COMUNICADOS**  
91 **DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Ronaldo  
92 Vasconcellos Novais: “Eu quero comunicar que a ONG que eu presido atualmente,  
93 a Ponto Terra, fez 17 anos, e nós fizemos uma solenidade no Crea. Eu queria  
94 comunicar que foi um sucesso total, a maior que nós fizemos nos últimos tempos,  
95 talvez pelo assunto licenciamento ambiental, talvez pela presença dos  
96 palestrantes. Estiveram lá 200 pessoas e ficaram até 12h45 prestando atenção  
97 nas palestras. Eu queria comunicar que teve muito ensinamento e muita reflexão.  
98 Eu queria também agradecer pessoalmente pelo apoio que a Secretaria, desde o  
99 primeiro momento, deu à nossa iniciativa, confirmando as presenças do secretário  
100 e do secretário adjunto e utilizando a gerência de comunicação social para  
101 comunicar às pessoas. Eu queria agradecer a SEMAD e o Sisema. Eu queria  
102 também aproveitar e fazer um elogio público à palestra que o doutor Germano  
103 Vieira fez lá. Ele falou logo depois da presidente do Ibama, que é um órgão  
104 importantíssimo, uma pessoa que conhece a questão ambiental. Eu queria elogiá-  
105 lo publicamente pela qualidade e o conteúdo da palestra. Então são três palavras:  
106 comunicar, agradecer e parabenizar a palestra do representante da SEMAD, o  
107 Germano, naquela oportunidade.” Conselheiro Miguel Angelo Andrade: “Eu queria  
108 socializar com o COPAM sobre a decisão do Comitê Estadual da Reserva da  
109 Biosfera, muito assertiva, de avançarmos para a fase 2 do reconhecimento ao  
110 norte do Estado de Minas Gerais ampliando o território de 94 municípios. Agora  
111 nós começamos os estudos contando com o apoio, inclusive, do IEF, da SEMAD,  
112 IGAM, FEAM, Secretaria de Cultura e outros membros que representam as suas  
113 instituições no Comitê. E sensibilizar a todos os membros do COPAM sobre a  
114 escolha assertiva da CNBB da campanha da fraternidade sobre biomas  
115 brasileiros. Na Arquidiocese de Belo Horizonte nós temos várias atividades sendo  
116 desenvolvidas nesse sentido, inclusive com apoio de várias instituições.”  
117 Conselheiro Wagner Soares Costa: “Hoje eu estou aqui pelo Conselho da Micro,  
118 Pequena e Média Indústria, mas gostaria de registrar que a Federação das  
119 Indústrias tem feito um trabalho de divulgação e esclarecimento a respeito do  
120 cadastro técnico e taxa de fiscalização, Banco de Declarações Ambientais, carga  
121 poluidora e inventário de resíduos, regularização ambiental e o CAR,  
122 especificamente, apesar de não ser da nossa área. Nós temos feito esse trabalho  
123 em parceria com a SEMAD e o Ibama. Fazemos um trabalho com todas as

124 regionais da Federação das Indústrias chamando atenção para essa questão do  
125 cadastro técnico, do relatório e das taxas de fiscalização. Nós sempre fazemos  
126 entre fevereiro e março, e já tivemos presença nessa rodada toda de 1.800  
127 participantes nesse workshop. O segundo comunicado é sobre o programa de  
128 fiscalização da indústria, e a Federação das Indústrias aceitou trabalhar como  
129 parceira da SEMAD para fazer esse programa buscando a regularização daquelas  
130 indústrias que nunca apareceram no Siam. Nós estamos tentando atrair essas  
131 empresas para dentro da regularização ambiental. Serão 14 workshops, depois a  
132 fiscalização em si. Aí, a SEMAD vai trabalhar diretamente nessa fiscalização.  
133 Nesses workshops a Fiemg tem feito uma palestra junto com a SEMAD para  
134 explicar exatamente e orientar como receber o fiscal e como dar resposta ao fiscal  
135 nesse período.” **4) EXAME DA ATA DA 171ª REUNIÃO DO COPAM.** Aprovada  
136 por unanimidade a ata da 171ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de  
137 Política Ambiental, realizada em 14 de setembro de 2016, com abstenção do  
138 conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva. **5) INDICAÇÃO DE**  
139 **REPRESENTANTES DO COPAM, UM DO PODER PÚBLICO E UM DA**  
140 **SOCIEDADE CIVIL, PARA ATUAR JUNTO AO FÓRUM INTERCONSELHOS DA**  
141 **SECRETARIA DE ESTADO DE DIREITOS HUMANOS, PARTICIPAÇÃO SOCIAL**  
142 **E CIDADANIA.** O Plenário do COPAM decidiu por unanimidade fazer a indicação  
143 dos seguintes membros para fazer parte do Fórum Interconselhos da Secretaria  
144 de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania: André Luis  
145 Ruas, da SEMAD, como representante do poder público, e Gleyber Ferreira e Silva  
146 Carneiro, da Kaluana Upiara - Conservação e Gestão Ambiental, representando a  
147 sociedade civil. Antes da indicação dos membros, a subsecretária Ana Penido fez  
148 a apresentação do Fórum Interconselhos destacando que atualmente inclui  
149 conselhos de diversas áreas do Estado, como turismo, desenvolvimento  
150 econômico, saúde e educação, tendo sido incorporado na reforma administrativa,  
151 realizada no ano passado, como uma das ferramentas de participação social do  
152 governo do Estado. **6) DECRETO ESTADUAL Nº 47.132, DE 20 DE JANEIRO DE**  
153 **2017, QUE REGULAMENTA A LEI FEDERAL Nº 13.019/2014. MARCO**  
154 **REGULATÓRIO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.** Apresentação:  
155 **Luciana Mara de Freitas Souza, da Secretaria de Estado de Governo (Segov),**  
156 **e Fernanda Roveda Lacerda, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e**  
157 **Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).** A Segov e a SEMAD apresentaram ao  
158 Plenário do COPAM o Decreto Estadual nº 47.132/2017, que estabelece normas  
159 gerais trazidas pelo marco regulatório das organizações da sociedade civil que  
160 podem impactar a realidade do COPAM, sendo destacado o que muda para as  
161 organizações da sociedade civil ambientais. Foi destacado ainda o que a  
162 legislação do Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável  
163 das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais (Fhidro) traz e o que tem no  
164 marco regulatório. **Debates. Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva:**  
165 “Nós nos deparamos constantemente com uma preferência em relação à  
166 prestação de contas em detrimento da qualidade do produto. Não que a prestação

167 de contas não seja importante, mas no Brasil às vezes se apresenta um produto  
168 horrível e uma prestação de contas maravilhosa. Eu acho que é um ponto positivo  
169 para avançarmos nesse debate, porque realmente o ponto principal é o produto,  
170 se executou o produto. O segundo ponto é uma dúvida. O decreto não destaca a  
171 forma da contrapartida não financeira, de que forma pode ser etc. O decreto fala  
172 que a contrapartida financeira pode ser apresentada pelas organizações da  
173 sociedade civil, mas não a forma como tem que ser apresentada.” Luciana Mara  
174 de Freitas Souza/Segov: “Só que não pode ser financeiro, ou seja, qualquer tipo  
175 de aporte de recurso que não seja financeiro poderá ser feito e colocado em  
176 contrapartida. Um bem, por exemplo, ou prestação de serviços no âmbito da  
177 execução daquela política podem ser ofertados, desde que sejam  
178 economicamente mensuráveis.” Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da  
179 Silva: “Nós precisamos avançar em Minas em relação a essa mensuração  
180 ‘economicamente mensurável’, porque há distorções dependendo da Secretaria.  
181 No Ministério do Meio Ambiente, um exemplo clássico: bens, serviços,  
182 equipamentos são aceitos de forma mensurável. Então só alertar que é um  
183 assunto em que às vezes os próprios convênios ficam inviabilizados, dependendo  
184 da forma. Às vezes, o técnico consegue entender, mas a parte jurídica passa a  
185 entender o que pode e o que não pode ser tratado como contrapartida não  
186 financeira.” Conselheiro Ronaldo Vasconcellos Novais: “Está escrito Decreto  
187 Estadual nº 47.132, de 21 de janeiro de 2017, que regulamenta a Lei Federal nº  
188 13.019/2014, marco regulatório das organizações da sociedade civil’. Eu não sei  
189 se é uma questão de técnica legislativa, mas um decreto estadual que  
190 regulamenta uma lei federal vai direto na regulamentação? É isso mesmo?”  
191 Luciana Mara de Freitas Souza/Segov: “Sim. Essa lei, apesar de federal, é como,  
192 por exemplo, a Lei de Licitações, uma lei que traz normas gerais. É uma  
193 prerrogativa do Poder Legislativo federal criar normas gerais para a União,  
194 Estados e municípios. Então neste caso o intuito foi ser uma lei nacional, de forma  
195 que cabe a cada ente federado fazer a sua regulamentação. Uma vez que ela traz  
196 normais gerais, as especificidades são trazidas no decreto.” Conselheiro Miguel  
197 Angelo Andrade: “Eu gostaria de colocar para apreciação dos conselheiros. Eu  
198 acho que esse ponto do Fhidro é muito importante. É um recurso de grande  
199 monta, com projetos muito bem qualificados. E dentro dessa linha que o Gustavo  
200 colocou: o COPAM fazer uma aferição da qualidade dos trabalhos. Então eu  
201 coloco como sugestão termos uma pauta de apresentação, sucinta que seja, pelo  
202 Estado, dos projetos do Fhidro. Com represamento de recursos anteriores,  
203 inclusive, essa destinação e execução desses trabalhos últimos que estão sendo  
204 executados de fato. Porque historicamente já tivemos lacunas de execução do  
205 Fhidro, e eu, como conselheiro, gostaria muito de entender, de fato, como estão os  
206 resultados desses trabalhos. É uma sugestão de pauta para o COPAM.” Maria  
207 Teresa Viana de Freitas Corujo, representante do Fórum Nacional da Sociedade  
208 Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas (Fonasc): “Eu quis trazer aqui uma  
209 reflexão. Quando olhei a pauta, a sensação que eu tive realmente foi como se

210 houvesse duas realidades em Minas Gerais: a realmente do meio ambiente, dos  
211 territórios, das pessoas, do sofrimento, das perdas ambientais e sociais, das  
212 ameaças; e uma realidade que está nesses plenários, nas instâncias decisórias,  
213 nas pautas das nossas reuniões. Pelo menos que seja para ficar registrado. É  
214 como se estivéssemos em um videogame quando estamos nesses lugares do  
215 COPAM. Não importa se são câmaras técnicas, se são as URCs, se é este  
216 Plenário do COPAM. Quando temos o contato direto com o lugar, o território, as  
217 pessoas, o que está acontecendo na prática neste Estado de Minas Gerais, com  
218 as suas águas, seu meio ambiente, o que está acontecendo de violações de  
219 direitos, muitas vezes travestido de legalidade; o que está acontecendo de  
220 retrocessos na legislação ambiental, o que está acontecendo, inclusive, na  
221 questão hídrica. Eu estou aqui morando em Minas Gerais há 21 anos e lembro  
222 que era a caixa d'água do Brasil. Temos que tirar essa palavra do nosso discurso,  
223 porque estamos vivendo graves situações, à beira do colapso em alguns territórios  
224 de Minas Gerais. Nós estamos diante de um modelo econômico tão voraz que não  
225 quer alterar uma vírgula na sua trajetória, que está dando as cartas em questões  
226 como esse funcionamento da gestão ambiental hídrica. E nós continuamos  
227 tratando isso de uma forma que eu chamo de violentamente irresponsável. E nós  
228 já estamos pagando esse preço hoje. E as nossas crianças e o nosso futuro vão  
229 pagar um preço muito maior do que nós já estamos pagando. Então é lamentável.  
230 Eu espero um dia que eu veja o funcionamento do Estado digno, verdadeiramente  
231 responsável com a questão ambiental. Foi falado de 40 anos, de comemorar. Eu  
232 tenho 15 anos de trajetória de ambientalista nesse território, voluntária, em defesa,  
233 principalmente, de serras e águas entre a mineração, mas vamos encontrando  
234 outros sonhadores e guerreiros pelo caminho. É impressionante, nós temos uma  
235 gestão ambiental que não é para comemorar. É muito importante que a gente não  
236 traga máscaras nem fantasias. Porque eu acredito que no dia em que trouxermos  
237 para um plenário como este a sensibilidade, a verdade e um pouco das  
238 dificuldades, nós vamos começar a fazer diferente. Nós estamos diante de um  
239 Estado que quer licenciar a toque de caixa, que construiu toda uma alteração  
240 grave para isso, quando o econômico continua sendo 'tem que acelerar, não  
241 importa o decreto de emergência financeira'. E a questão ambiental sistêmica e a  
242 garantia ambiental desse território não têm o mesmo cuidado, a mesma  
243 velocidade. Eu sou educadora ambiental e pedagoga. Quando os nossos netos e  
244 bisnetos lerem a nossa história dos últimos 20 anos, e nesses últimos dois anos,  
245 mesmo após o rompimento da barragem de Mariana, eles vão dizer 'não, isso não  
246 é verdade, não é possível, isso é primitivo'. Então eu quis colaborar. Eu sei que  
247 hoje não está sendo licenciado nada, mas tem que ficar registrado que existe um  
248 mundo real em Minas Gerais e que no mundo real é gravíssima a situação de  
249 perdas ambientais e sociais, de sofrimento e de dor." Presidente suplente  
250 Germano Luis Gomes Vieira: "Eu agradeço a manifestação e faço questão de  
251 comentar que em nenhum momento o Estado de Minas Gerais está licenciando a  
252 toque de caixa. Eu desafio alguém a dizer se estamos fazendo isso efetivamente.

253 O que nós estamos fazendo é dar respostas àquilo que a sociedade hoje espera,  
254 que espera uma resposta para o enorme passivo de licenciamento ambiental que  
255 nós temos. Vai receber uma resposta ‘não’ ou uma resposta ‘sim’. É importante  
256 dizer e perguntar aos técnicos se eles preferem ter um empreendimento  
257 licenciado, porque traz controle ambiental, ou aquele que, pela ausência de  
258 manifestação do Estado, preferem fazer as coisas clandestinamente, sem controle  
259 e sem fiscalização. É por isso que o Estado de Minas Gerais, nesta gestão, está  
260 atuando na regularização dos empreendimentos, que trará consequentes  
261 fiscalização e monitoramento, bem como a fiscalização preventiva junto às  
262 indústrias, para que as pessoas tenham conhecimento, efetivamente, das regras  
263 desse grande arcabouço que nós temos de legislação ambiental a cumprir, antes  
264 de se pretender fazer qualquer coisa contra a legislação. É isso que nós  
265 pretendemos aqui, e fica o nosso registro.” **7) CENTRO BRASILEIRO DE**  
266 **ESTUDOS EM ECOLOGIA DE ESTRADAS. Apresentação: Universidade**  
267 **Federal de Lavras (Ufla).** O professor Alex Bager, da Ufla, fez apresentação ao  
268 Plenário do COPAM das atividades realizadas no Centro Brasileiro de Estudos em  
269 Ecologia de Estradas, com destaque para o Sistema Urubu, destinado à  
270 conservação da biodiversidade brasileira, que reúne, sistematiza e disponibiliza  
271 informações sobre a mortalidade de fauna selvagem nas rodovias e ferrovias em  
272 todo o país, com o objetivo de auxiliar os governos e as concessionárias na  
273 tomada de decisões para a redução desses impactos. **Debates. Conselheira**  
274 **Lidiane Carvalho de Campos:** “Eu gostaria de colocar um ponto que o governo de  
275 Minas, através da Setop, Secretaria de Transportes e Obras Públicas, mais  
276 especificamente, através do DER, o Departamento de Edificações e Estradas de  
277 Rodagem, vinculado à Setop, que implanta e amplia as rodovias do Estado, já vem  
278 dando a devida importância para esse tema. Como exemplo, eu posso citar o  
279 nosso empreendimento que estamos licenciando na SEMAD, de Cava Grande. O  
280 nosso EIA/RIMA trouxe informações de que o próprio Parque do Rio Doce, na  
281 região, que vai ser diretamente afetado, não tinha conhecimento, de algumas  
282 espécies que foram atropeladas lá. Com o diálogo com a Supram, nós pudemos  
283 estabelecer algumas ações para tomar cuidado com essa fauna que é atropelada  
284 na região, com sinalização, passagem adequada de fauna, redutor de velocidade.  
285 Nós vamos fazer isso para todos os novos empreendimentos que o DER for  
286 licenciar no Estado. Eu queria parabenizar o Alex pela ferramenta, e vou passar o  
287 contato para a assessoria de Meio Ambiente do DER e acompanhar de perto pela  
288 Setop. E gostaria de propor uma conversa mais próxima com a Ufla, o que eu  
289 acho que vai ser de grande importância para o Estado.” **Conselheiro Carlos**  
290 **Henrique Sousa da Silva:** “Parabéns pelo trabalho. No começo do ano nós já  
291 tivemos notícia de que militares de Barbacena fizeram a visita. Eles nos levaram  
292 essas informações do projeto Urubu. Eu acredito que nós podemos potencializar a  
293 coleta dos dados para o programa, uma vez que a diretoria em que eu trabalho  
294 mexe com meio ambiente e trânsito rodoviário. De antemão, colocamos as portas  
295 abertas, se quiser fazer apresentação para o diretor e para a equipe técnica, para

296 vermos em que podemos ajudar.” Professor Alex Bager/Ufla: “Nós temos todo o  
297 interesse de trabalharmos juntos porque vocês têm uma capilaridade fantástica.  
298 Nós já estamos trabalhando com o pessoal da PRF, já estivemos em Brasília, e  
299 eles estão adotando o sistema para coleta de dados. E temos todo o interesse de  
300 fechar uma parceria. Simplesmente, se vocês começarem a usar, para nós, vai ser  
301 uma funcionalidade bárbara. Mas eu acho que nós podemos ir além disso e  
302 podemos sentar para conversar.” Conselheiro Miguel Angelo Andrade: “Parabéns,  
303 mais uma vez. É uma ferramenta muito ágil, muito fácil de se usar. Eu queria  
304 sugerir que isso fosse discutido dentro dos planos de manejo, para trabalhar  
305 exatamente nesse entorno, na zona de amortecimento das unidades, sobretudo as  
306 de proteção integral. Às vezes dentro das unidades, a exemplo do próprio Rola  
307 Moça, que tem uma rodovia dentro do próprio parque. E áreas de conectividade e  
308 de interesse de priorização de conservação de espécies. Porque nós temos nas  
309 unidades, sobretudo nas de proteção integral, grandes ilhas que guardam essa  
310 biodiversidade. Às vezes já tem impactos muito negativos, queimadas etc. Aliás,  
311 pode ser até uma associação de áreas hoje tem queimadas frequentes e para  
312 onde essas espécies estão indo. Incluir isso nos estudos de planos de manejo,  
313 inclusive, para verificação, pelo menos na fase de estudos. Eu nem diria na  
314 implantação, apesar do que tem medidas de compensação para essas unidades, e  
315 essas priorizações podem ser muito eficientes como sugestão.” Professor Alex  
316 Bager/Ufla: “Na verdade, o Sistema Urubu surgiu a partir de um projeto chamado  
317 Projeto Malha, que reuniu 30 unidades de conservação pelo Brasil e foi o nosso  
318 piloto. Então tem a base criado para unidade de conservação. E com isso nós  
319 podemos começar a trabalhar hoje nas unidades. Se os analistas dessas unidades  
320 baixarem o aplicativo e cada vez que encontrarem um animal registrarem, no  
321 momento em que for se realizar um empreendimento, já vai existir uma base  
322 prévia. Não é monitoramento sistemático, mas não precisa ser monitoramento  
323 sistemático. Nós já vamos ter uma noção do que existe e do que está sendo  
324 afetado. E a partir disso nós conseguimos trabalhar melhor qual seria o termo de  
325 referência, quais são áreas prioritárias.” Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco  
326 da Silva: “Parabéns também pelo trabalho. Realmente, é uma ciência cidadã. Nós  
327 que trabalhamos com aves sabemos o quanto é importante a ciência cidadã no  
328 mapeamento de aves. Principalmente no hemisfério norte, os países trabalham  
329 uma ferramenta muito mais efetiva até que a academia hoje em relação a dados  
330 de presença e ausência e que ajudam, inclusive, em conservação. Eu acho que é  
331 um belo trabalho esse aplicativo para desmistificar no Brasil a importância da  
332 ciência cidadã. Há mitos ainda que precisamos quebrar a respeito disso. Se  
333 estamos andando de carro, nós estamos causando esse impacto, e a sociedade  
334 vai ter que pagar. Da mesma forma que o esgoto que é jogado hoje, vai ter que  
335 pagar pela tarifa da água. Eu queria saber como está essa discussão em relação  
336 ao Ministério dos Transportes, para saber se já avançou algo nesse custeio.”  
337 Professor Alex Bager/Ufla: “Nós temos uma relação muito boa lá em Brasília com  
338 o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério dos Transportes. É um pouco mais



339 complicado com o pessoal do Dnit, mas as coisas estão acontecendo. Só que  
340 ainda se entende que esse custo é baixo, e as empresas não colocam isso nos  
341 estudos iniciais. Mas nós temos conseguido realmente mostrar para essas  
342 empresas que o custo do atropelamento para perda de vida e danos materiais é  
343 altíssimo e que a implantação de medidas e estratégias de redução vale a pena  
344 ser feita. A relação com as concessionárias ainda está devagar, elas morrem de  
345 medo que coloquemos esses dados disponíveis. Nós somos prata da casa e ainda  
346 não temos essa oportunidade de desenvolver isso junto do Estado de Minas. Nós  
347 temos um monte de informação e a maior malha viária brasileira ou quase isso.  
348 Então precisamos desenvolver algumas ações nesse sentido.” Conselheiro  
349 Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “Nós que já acompanhamos um pouco do  
350 licenciamento no Estado, principalmente, vemos que o problema é que tem  
351 empreendimentos lineares, estradas, ferrovias, linhas de transmissão, e os outros  
352 empreendimentos, como hidrelétrica, mineração, e se coloca tudo no mesmo bolo.  
353 E sabemos que tem metodologias diferentes, seja para quantificar o impacto e a  
354 viabilidade do empreendimento, e depois o monitoramento. Então eu acho  
355 importante, e nós poderíamos começar a pensar em Minas Gerais, que tem a  
356 Setop, o IEF, a Polícia Militar, a estrutura da SEMAD. Talvez por meio do IEF, que  
357 trabalha com fauna, de repente pensar um grupo de trabalho para começar a  
358 colocar uma normativa. Eu falo para empreendimentos lineares mesmo. É uma  
359 carnificina as estradas brasileiras. As linhas de transmissão também causam  
360 problemas, principalmente para aves. Não vou nem falar dos prédios também, em  
361 que tem uma mortandade muito grande; esses prédios espelhados. Não é um  
362 empreendimento linear, mas boa parte agora dos prédios tem essa estrutura de  
363 vidros. Ainda bem que tem tecnologias na Alemanha que já está começando a  
364 tratar esse assunto para mudar o tipo de estrutura do vidro, para absorver esse  
365 impacto da ave que bate na vidraça. Então eu queria deixar essa sugestão. É um  
366 problema que temos que encarar de frente. Aproveitar a presença da Setop.  
367 Tomara que realmente esteja ocorrendo uma mudança. Porque, quando tivemos o  
368 processo de licenciamento da MG-455, entre Uberlândia e Campo Florido, foi um  
369 processo fracionado, que começou com RCA e depois passou para EIA. E nós  
370 estamos aguardando as medidas que destacamos na época do licenciamento em  
371 proteção das áreas estratégicas nessa região. Então eu torço para que a Setop e  
372 o DER tenham já uma mudança de trabalho em relação a esses impactos com a  
373 fauna.” Presidente suplente Germano Luis Gomes Vieira: “Na minha avaliação, a  
374 importância desses para nós é eminentemente na etapa de planejamento das  
375 ações. Por isso o próprio professor Alex diz como os termos de referência podem  
376 ser importantes. Porque às vezes leva-se um ano para elaboração do estudo  
377 ambiental competente e na hora em que chega para manifestação da unidade de  
378 conservação nós sabemos que às vezes a margem de discussão é muito diminuta.  
379 Então se tivermos as orientações prévias para os novos empreendimentos, fica  
380 muito mais fácil para planejamento da própria rota, de onde passar e o que fazer  
381 para determinadas faunas específicas. Isso é uma das ações que eu acho que são

382 para a frente. Como o Alex disse e a Setop reconhece, nós temos a maior malha  
383 viária em Minas Gerais, não só a federal, como também as nossas estradas  
384 estaduais, que também demandam uma regularização. Então dentro da nossa  
385 capacidade é importante pensar o que podemos melhorar também nas estradas  
386 para tentar minimizar essas ações e diminuir esses dados que o Alex trouxe.”  
387 Conselheiro André Mundstock Xavier de Carvalho: “Parabéns a você, Alex, e à  
388 sua equipe. Eu acho que o Sistema Urubu é um belo exemplo dos potenciais da  
389 participação popular na sociedade, seja do cunho simplesmente de contribuir para  
390 estatísticas, que podem ser muito mais precisas, muito mais abrangentes, porque  
391 as pessoas estão a todo momento ali. Mas nós poderíamos pensar nisso como um  
392 pequeno modelo para ‘n’ outras coisas. A Setop se manifestou aqui. Por exemplo,  
393 as Secretarias poderiam planejar. Sistemas como esse são aparentemente  
394 bastante simples, não é um aplicativo tão complexo. E se poderia monitorar, por  
395 exemplo, animais domésticos, atropelamento, principalmente, de bovinos, equinos.  
396 Poderia colocar, por exemplo, um sistema de monitoramento de estabilidade de  
397 taludes, que a todo momento têm algum problema. Poderia colocar fiscalizações  
398 diversas. É uma coisa crônica, temos boas leis, mas temos dificuldade histórica de  
399 fiscalização. Ou seja, pôr a sociedade para participar simplesmente registrando. O  
400 aplicativo vincula a foto a um sinal válido de GPS, não se consegue tirar a foto se  
401 o sinal não for válido. Ou seja, o sistema consegue saber que aquela foto  
402 realmente foi tirada lá. Isso contribuiria para estatísticas diversas. Eu acho que  
403 cada Secretaria poderia pensar em um sistema desse, que pelo menos serviria  
404 para gerar dados sobre diferentes problemas.” João Paulo Mello Rodrigues  
405 Sarmiento, diretor geral do IEF: “É fundamental termos instrumentos que venham  
406 realmente equalizar esses gastos públicos. Exemplos de passarelas, de  
407 passagens de animais que não servem para nada nós temos demais em Minas e  
408 no Brasil como um todo. O Jaíba é um exemplo clássico, gastou mais de R\$ 1  
409 milhão, fez passarelas e algumas coisas que não servem para nada. E muitas  
410 vezes verificamos que até a questão, que é fundamental, de sinalização das  
411 estradas com relação a passagem de animal também são totalmente inócuas, que  
412 não estão às vezes colocadas nos locais em que deveriam estar e que o próprio  
413 Sistema Urubu irá nos informar. Com relação à questão de fauna, o IEF está  
414 assumindo toda a política, e isso seria até muito bom para começarmos a  
415 trabalhar também planejamento de CETAS. Dentro da sua observação de que não  
416 tem em Minas, eu acredito que já podemos traçar. O diretor de Unidades de  
417 Conservação está aqui, e podemos chamar a diretora de Fauna, para sentarmos e  
418 elaborarmos um plano de trabalho para aplicação tanto nas unidades quanto nos  
419 CETAS. Além disso, nós poderíamos envolver o IEF como um todo, porque os  
420 técnicos do IEF estão o tempo todo rodando, viajando. Aí, nós teríamos também,  
421 além da PM, uma mão de obra fantástica alimentando esse sistema. Minas tem  
422 que valorizar os trabalhos que são feitos aqui, que a Ufla desenvolve, a UFV e as  
423 demais universidades. São grandes trabalhos, e muitas vezes não percebemos. E  
424 vêm universidades de fora, levam os trabalhos para lá e aplicam. Assim se

425 constrói boas políticas públicas. Então podemos acertar com o diretor de Unidades  
426 de Conservação e já começar a fazer um plano de trabalho. De repente, os  
427 celulares de todos os técnicos do IEF tenham esse sistema instalado, e já  
428 começam a trabalhar. E nós começamos a fazer uma capacitação. Nós estamos  
429 fazendo um treinamento com a WWF de gestão de conflitos no entorno. Então são  
430 coisas que vão trazendo toda essa melhoria para uma gestão realmente da fauna  
431 aqui no Estado. Então o IEF estará junto para desenvolver cada vez mais esse  
432 projeto.” Encaminhamento da Presidência. Presidente suplente Germano Luis  
433 Gomes Vieira: “Como encaminhamento, eu queria que, enquanto poder público, se  
434 reunissem a Setop, o DER, o IEF e a Polícia Militar e formatassem um  
435 planejamento de trabalho e depois trouxessem para o COPAM quais são as  
436 consequências do que foi apresentado, para um planejamento, para execução.”  
437 Marília Carvalho de Melo, subsecretária de Fiscalização Ambiental/SEMAD: “Eu  
438 ouvi na Itatiaia que uma faculdade em Divinópolis estava desenvolvendo um  
439 sistema para cadastro de nascentes, na mesma linha. Nós entramos em contato  
440 pensando nessa ideia de ampliar e usar a mesma tecnologia para a ação fiscal.  
441 Mas não avançamos nisso, porque a faculdade era pequena e não tinha  
442 capacidade de nos apoiar em um projeto mais amplo. Às vezes também nós  
443 temos uma parceria com a Ufla para pensar, porque, com certeza,  
444 ganharíamos muito na fiscalização ambiental ao ter uma rede de informação  
445 diferenciada. As ONGs fazem esse papel em muitas das vezes, mas ainda de uma  
446 maneira pouco sistematizada. Se tivermos um aplicativo como esse e usarmos a  
447 tecnologia para ampliar a avaliação de degradação ambiental, nós poderíamos  
448 ganhar. Então eu queria me colocar também à disposição para essa reunião com  
449 a Ufla, para pensar em abranger um sistema também para a fiscalização  
450 ambiental no Estado.” Conselheira Eliane Silva Ferreira Almeida: “Parabéns ao  
451 professor da Universidade de Lavras. Essa é uma tentativa em que muitas  
452 universidades têm investido em trazer para a sociedade uma participação maior  
453 naquilo que nós precisamos. Que a proteção ao meio ambiente não seja apenas  
454 obrigação do Estado. Na medida em que nós colocamos essa responsabilidade  
455 também na mão de cada cidadão, nós ampliamos as redes, ampliamos a  
456 corresponsabilidade, e automaticamente as pessoas passam a ter uma  
457 preocupação maior, principalmente porque passam a ser um agente ativo. Eu  
458 penso que aplicativos como esse devem ser desenvolvidos não só para essa  
459 questão de fauna e flora, mas também com as pessoas. Nós temos inúmeros  
460 problemas de saúde, inúmeros problemas educacionais que poderiam estar sendo  
461 fiscalizados pela própria população e repassados para que as políticas públicas  
462 sejam adequadas. Não temos condição de monitorar tudo, de saber tudo o que  
463 está acontecendo hoje, mas em um futuro próximo eu tenho uma grande  
464 esperança de que consigamos.” **8) GESTÃO DAS UNIDADES DE**  
465 **CONSERVAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. Apresentação: IEF e**  
466 **SEMAD.** Henri Dubois Collet, diretor de Unidades de Conservação do IEF, fez  
467 apresentação sobre a situação atual da gestão das unidades de conservação no

468 Estado de Minas Gerais. **Debates**. Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do  
469 Nascimento: “Quem acompanha um pouco o trabalho do IEF em torno das  
470 unidades de conservação pode ser testemunha do enorme esforço e compromisso  
471 que a instituição e os técnicos têm com a questão. Como acompanho há muito  
472 tempo, eu, inclusive, estendo essa observação a vários governos. Agora, tem que  
473 tomar cuidado quando se faz uma apresentação, principalmente em um colegiado  
474 que pode, eventualmente, deliberar sobre as questões ou recomendar. Tem que  
475 tomar cuidado para não fazer uma narrativa ‘daquilo que me interessa da  
476 realidade’ e não da realidade como um todo. Da maneira que foi feita, todo mundo  
477 pode ir embora tranquilo. E não é. Eu senti falta de pontuar com clareza quantos  
478 mil hectares dentro de unidades de conservação estão sem regularização  
479 fundiária, inclusive objeto de algumas ações na Justiça por parte do Ministério  
480 Público Estadual. Essa questão é fundamental para se entender a realidade.  
481 Porque não é à toa que muitos falam que são ‘parques no papel’. É preciso ter  
482 clareza de que no que está se falando de unidades de conservação tem unidades  
483 de conservação patrimônio do Estado sob a responsabilidade do IEF, da SEMAD,  
484 de 30 anos, 40 anos. E aí, nessa questão da regularização fundiária, eu espero  
485 que até o final da reunião esse dado tenha sido fornecido, porque esse passivo  
486 não é enfrentado no orçamento do Estado. E a não regularização fundiária é que  
487 cria as populações que hoje são denominadas populações atingidas pela criação  
488 de parque. Porque faz o decreto, mas, como não faz a regularização fundiária, as  
489 pessoas têm que continuar lá, as famílias, em especial de agricultores familiares e,  
490 em alguns casos, comunidades tradicionais. Então essa população precisa  
491 também adquirir visibilidade nessas narrativas para se ter ideia do tamanho da  
492 questão. Eu entendo que, considerando o passivo de regularização fundiária e a  
493 necessidade de se colocar infraestrutura e de custeio para manutenção, sem  
494 recurso orçamentário a compensação ambiental não dá conta. Tudo tem que ser  
495 relativizado, esse é o perigo da narrativa. Por exemplo, falar em 1 milhão de  
496 visitantes eu acho pouco. Potencialmente, o que isso pode ou poderia significar? E  
497 eu me preocupo porque qualquer estudo mostra que proteção de biodiversidade  
498 no Brasil se dá essencialmente dentro de unidades de conservação e dentro de  
499 territórios indígenas, e eu não posso ser contra a criação de novas unidades de  
500 conservação. Isso me causa desconforto. Mas para fazer o decreto e não fazer  
501 regularização fundiária, plano de manejo e reassentamento de família, aí, eu não  
502 posso concordar. Porque eu não conheço aquilo que dá certo atropelando o direito  
503 dos outros. Se criou, tem restrição, então tem que dar a solução. Então eu estou  
504 querendo trazer a discussão de como ter uma política ambiental robusta de  
505 unidades de conservação e não uma política que só dê tensionamento aos  
506 técnicos e às famílias. Para concluir, foi citado que as unidades de conservação  
507 em Minas representam apenas 1% da área territorial, se não me falha a memória.  
508 É isso mesmo, aí que tem que entender a necessidade do foco da política  
509 ambiental. Porque se o Estado tem ainda, apesar de toda a pressão e consciência  
510 de degradação, 34% ou 33% de cobertura de vegetação nativa, o que significa

511 isso? Significa que o grande preservador de biodiversidade são as propriedades  
512 particulares. Então, secretário, tem que investir muito forte no Cadastro Ambiental  
513 Rural (CAR) e no Programa de Recuperação Ambiental (PRA), que os agricultores  
514 querem fazer e já contam, dentro das propriedades, com essa vegetação nativa.  
515 Então tem que entender e ajustar o foco do que o Estado vai fazer dentro da sua  
516 atribuição. Porque, no mínimo, estaremos melhor preservando esses 34%. Só  
517 que, com o PRA, como está na sua designação, na minha opinião, com o PRA  
518 implantado em Minas Gerais – havendo a recuperação –, nós chegamos a 48%,  
519 50%. É estimativa, não é narrativa. Aquilo que foi mostrado sobre o gado, ele está  
520 lá porque o dono está lá. Regulariza, que saem o dono e o gado. Então eu acho  
521 que essa discussão tem de enfrentar a questão da regularização fundiária, do  
522 plano de manejo, da infraestrutura, de gasolina para o carro do IEF... Tem que  
523 lembrar dos técnicos nas políticas. Eu, particularmente, defendo enquanto política  
524 ambiental, mas não estou nem um pouco animado com a situação.” João Paulo  
525 Mello Rodrigues Sarmiento, diretor geral do IEF: “A questão das unidades de  
526 conservação está sendo uma das prioridades. As dificuldades existem, e as  
527 colocações não são de forma alguma querendo mascarar ou falar que está ótimo.  
528 Mas é um panorama geral de como está a situação. Nós estamos na busca de  
529 regularização e temos feito os esforços para regularização fundiária, porque  
530 realmente um dos pontos fundamentais seria a regularização. E na regularização  
531 podemos fazer estruturação. E nós temos buscado algumas alternativas para essa  
532 regularização. Nós já fizemos um volume, de 2006 para cá, e temos batalhado  
533 muito nisso. Nós temos uma percepção de que com a criação de um parque,  
534 mesmo que por decreto, se muda realmente um certo uso daquela região. Temos  
535 que ter cuidado com aquelas pessoas que estão lá, para também não sacrificá-las  
536 mais. E nós temos observado isso. Nós estamos buscando criar parques onde  
537 tenha o mínimo possível de pessoas inseridas naquela área. Não é fácil. Naquela  
538 unidade da Pedra Misteriosa, pelo levantamento, praticamente não há o uso  
539 dentro daquela propriedade. Então nós temos buscado fazer esses estudos. E é  
540 fundamental ter recursos destinados dentro do orçamento do Estado. Quanto mais  
541 recursos, seria o ideal. E nós temos dado prioridade para que essas unidades  
542 sejam efetivadas. A unidade de conservação é um patrimônio do Estado de Minas  
543 Gerais da qual o IEF tem obrigação institucional e legal de fazer a gestão, e cada  
544 vez mais nós temos buscado melhorar realmente a questão de visitação para que  
545 se torne um meio de desenvolvimento regional. Ela não pode ser fechada. Nós  
546 sabemos que é difícil mudar alguns conceitos até com os próprios gestores das  
547 unidades. Então nós temos realmente buscado priorizar essas ações. Com relação  
548 a planos de manejo, nós passamos do limite da capacidade operacional do IEF  
549 para analisar. Hoje nós estamos buscando parcerias para fazer o  
550 georreferenciamento, outra coisa fundamental. E as discussões dos decretos de  
551 compensação são um ponto que nós temos para que esse dinheiro não seja  
552 internalizado, que esse dinheiro não caia no caixa único. Nós estamos finalizando,  
553 está faltando a revisão final para encaminharmos esse decreto, a aplicação direta.

554 A aplicação direta é uma coisa que já é feita em alguns Estados, e não se  
555 internalizam esses recursos. Então o que nós precisamos na unidade de  
556 conservação? É o recurso internalizado caindo no caixa único ou os serviços  
557 prestados por aquelas unidades? Então nós estamos buscando essa forma,  
558 aproveitando algumas experiências. É claro que é aquela compensação que for  
559 permitida, a compensação de Mata Atlântica que tem sido dada em área. Então na  
560 compensação, principalmente a do Snuc, buscar regras para que possamos  
561 efetivar essa estruturação. Nós estamos buscando a melhoria dos equipamentos  
562 para os nossos técnicos, os nossos gerentes de unidade, estamos fazendo um  
563 alinhamento constante, buscando capacitação. O treinamento neste mês com a  
564 WWF vai ser de gestão de conflitos no entorno das unidades. O nosso objetivo é  
565 dobrar esse 1 milhão de visitantes, porque também seria fundamental que o  
566 recurso de portaria fosse destinado para ficar nas unidades, como é previsto na  
567 Lei do Snuc. Isso seria fundamental porque, com certeza, ficando 50% desses  
568 valores nas unidades, investidos nas unidades, essa manutenção das unidades  
569 nós conseguiríamos fazer. A arrecadação hoje só de portaria nas unidades dá em  
570 torno de R\$ 3 milhões. Deixando R\$ 1,5 milhão por ano, com o IEF fazendo a  
571 gestão, em uma conta própria para que possa fazer a manutenção, priorizando  
572 aquela que tenha arrecadação, mas também as demais, nós teríamos um ganho  
573 fantástico. E nós estamos fazendo um trabalho muito grande junto com a  
574 Secretaria de Cultura e a Secretaria de Turismo para melhorar o conhecimento  
575 externo dessas unidades. O que é isso? Trazer mais turistas. Nós vamos ter agora  
576 com a Prefeitura de Ouro Preto uma coisa que eu coloco sempre: a unidade de  
577 conservação do parque do Itacolomi não conversava com os receptivos de turismo  
578 de Ouro Preto. Nós estamos fazendo um grande evento lá com os receptivos para  
579 começar a inserir no turismo de Ouro Preto a unidade de conservação. Então é um  
580 trabalho longo que nós estamos adequando, e repensando muitas coisas para que  
581 consigamos atender.” Conselheiro Wagner Soares Costa: “O que o Eduardo  
582 colocou, com muita propriedade, é o que nós tínhamos anotado aqui para chamar  
583 a atenção. De fato, o grande problema é a regularização fundiária. É um passivo  
584 assustador. E é um passivo que ocasiona desmatamento, invasão, incêndio e  
585 também remanescente dentro da área. Toda vez que eu fico dentro de uma área  
586 fazendo uma exploração que é restrita eu vou ter conflito. Resolução de conflito  
587 talvez seja redução ou aumento da regularização fundiária. Se partirmos para isso  
588 nós vamos ter uma redução de conflito bastante interessante. Se não estiver no  
589 orçamento pelo menos a questão do custeio que foi levantada, nós não estaremos  
590 brigando dentro da CPB pelo desvio do recurso da compensação ambiental para  
591 cobrir custeio do IEF, o que é função do Estado, função de orçamento. Nós  
592 teríamos que estar preocupados com a compensação ambiental para formação da  
593 infraestrutura do parque e para garantir a integridade física do parque, partindo do  
594 princípio da regularização fundiária. Nós ficamos muito preocupados. As empresas  
595 estão pagando regularmente a sua compensação ambiental, os atrasos não foram  
596 por culpa das empresas, mas por um problema operacional interno, e não vemos

597 essa questão resolvida. Nós temos visto, ao contrário de muitos Estados, em que  
598 o dinheiro da compensação vai para alguma conta própria, separada de todo o  
599 dinheiro do Estado, para ser aplicado dentro das unidades de conservação. E não  
600 temos visto isso em Minas Gerais. E isso nos preocupa muito. Então nós fazemos  
601 coro com o conselheiro Eduardo, porque na CPB é a nossa bandeira sempre a  
602 questão da regularização fundiária e o não desvio dos recursos da compensação  
603 para custeio do IEF.” Conselheiro Miguel Angelo Andrade: “O coro já ecoa há anos  
604 sobre a questão da regularização fundiária. Para além da narrativa, eu acho  
605 também que temos que reconhecer o esforço do IEF e da Diretoria de Áreas  
606 Protegidas considerando todos esses atropelos financeiros, contratuais, políticos  
607 que nós temos visto em todas as escalas. Se o receptivo de Ouro Preto não  
608 conversa com o Itacolomi, os municípios têm que conversar com o IEF, que tem  
609 que conversar com o Ministério do Meio Ambiente, em todas as escalas. Muitas  
610 vezes, essas questões partidárias têm tomado um vulto maior do que o interesse  
611 público e impedido o avanço com vários resultados. Eu queria registrar e  
612 parabenizar o esforço e alguns resultados, de fato, apresentados. É importante  
613 também esse caminho das parcerias. Nós temos representantes aqui de fora, do  
614 setor privado, e deve-se colar na questão das áreas protegidas. Às vezes eu me  
615 pergunto por que tem que criar uma RPPN e se não deve apoiar a criação e  
616 implementação de unidades já existentes. Então são grandes perguntas. Pontos  
617 de pauta como esse são extensos, assim como o próximo, da água. São pontos  
618 que, de fato, eu acho que devemos descer em profundidade e deliberarmos sobre,  
619 porque senão podemos correr o risco de ficar na discussão e não deliberarmos. É  
620 o que tem acontecido, de fato, muitas vezes. Eu conheço de perto o trabalho feito  
621 pelo IEF e mesmo assim tenho algumas dúvidas sobre esses planos de  
622 priorização de áreas. Estão sendo apresentadas várias unidades a serem criadas,  
623 certamente, todas importantes, mas quais são os elementos de priorização para a  
624 criação, no conjunto da obra, considerando o Estado de Minas? Então, para além  
625 da regionalização ou por bacia ou por bioma ou por custo de conservação. Nós  
626 temos trabalhos publicados, inclusive, por política pública das áreas prioritárias  
627 para conservação de biodiversidade no Estado de Minas, que no meu  
628 entendimento já passou da hora de ser atualizado, e nele custo de conservação,  
629 onde é mais caro, onde estão os hotspots de interesse, que são prioritários. A  
630 sociedade mineira se mobiliza muito para criação de unidades de conservação,  
631 mas corremos o risco de serem criações difusas. Eu não estou afirmando que são,  
632 mas eu desconheço o modelo de priorização da criação. Eu acho que o IEF, assim  
633 como outros parceiros, deveria debruçar sobre isso para traçar um plano de voo.  
634 Eu acho que precisa muito ter um pano de fundo que vai subsidiar essa tomada de  
635 decisão, para assumirmos também, assim como na Convenção da Diversidade  
636 Biológica, os ambientes especiais ou biomas mundiais. Ou seja, onde eles estão,  
637 quais são as prioridades. Uma medida de curto prazo em termos de investimento.  
638 E também onde estão as áreas menos complexas para essa criação, mas que  
639 são, efetivamente, as que dão respostas à conservação da biodiversidade. Para o

640 parque, a visitação é secundária, o primeiro objetivo é a conservação da  
641 biodiversidade, da paisagem e outros elementos intrínsecos a essas unidades. Eu  
642 sinto muita falta de ver esse plano. Eu acho que o IEF tem uma capacidade  
643 instalada inteligente para poder, com parceiros, promover isso. Reforço a  
644 necessidade de rever e atualizar a política pública do Estado quanto à priorização  
645 de conservação de áreas, seja por um atlas ou outro instrumento. Porque isso  
646 ficou em uma discussão aqui, e não deliberamos quando, se vai ter ou não. São  
647 perguntas que eu acredito que sejam importantes para opinarmos e colaborarmos  
648 com apresentação feita, por exemplo, pelo IEF se essas unidades, de fato, são  
649 prioritárias no contexto do Estado. Se são prioridade local, eu não tenho dúvida,  
650 mas o conjunto da obra eu acho que pode ser melhor testado dentro desse mapa  
651 do futuro de conservação do Estado. E eu não deveria deixar de colocar aqui para  
652 se pensar se estamos carentes ainda de um mosaico de áreas protegidas. Se  
653 temos carência de recursos para a gestão, a cooperação entre gestores facilita,  
654 diminui o investimento e atrai, em termos de resultados. Isso é um fato. E o outro é  
655 a questão dos corredores. Nós temos mais de 3 milhões de hectares reconhecidos  
656 internacionalmente pela Reserva da Biosfera do Espinhaço, e ela deve ser  
657 mencionada, porque é uma unidade de planejamento territorial já instituída,  
658 reconhecida, decretada, funcionando. Acabamos de fazer uma revisão periódica  
659 em 2016. E esse plano de fundo, como território de planejamento, deve ser mais  
660 assumido pelo próprio governo do Estado. É um apelo, uma lembrança, e eu me  
661 coloco à disposição.” Henri Dubois Collet, diretor de Unidades de  
662 Conservação/IEF: “Agradecemos a sua observação, Eduardo, que é muito  
663 importante para nós, mas para ter uma ideia da dificuldade que temos de  
664 conseguir documentos para abrir um processo para desapropriar determinada  
665 áreas... De modo geral, quase todas as unidades de conservação. Não recebemos  
666 o documento. E quando começamos a falar que vamos adquirir uma posse a 60%  
667 do valor que ela vale, porque isso é a norma que define, ninguém quer nem  
668 conversar conosco. E aí não aparece papel de jeito nenhum, documento nenhum.  
669 Então se o senhor puder nos ajudar a conseguir essa documentação... Nós temos  
670 hoje em torno de R\$ 150 milhões, sim. A própria Seplag já disponibilizou, para  
671 toda a área da qual apresentamos o documento para que seja regularizada, será  
672 regularizado. No Parque do Sobrado, quando estava pronto para depositar o  
673 recurso, cadê a matrícula? O cidadão nem sabia que ele tinha área fora do  
674 parque, nós é descobrimos, e aí teve que voltar com a documentação, fazer o geo,  
675 separar a área dele. É uma dificuldade essa questão de regularização. Então  
676 gostaríamos do seu apoio. Nós podemos marcar uma reunião para ver como  
677 poderia nos ajudar nessa questão.” Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do  
678 Nascimento: “Eu mexo com essa questão há 25 anos, então eu conheço, sim. E  
679 não dá para querer a vítima deixar o papel dela. O prejudicado é porque se criou o  
680 parque lá, é o agricultor, é o morador. E quando começa errado vai dar errado.  
681 Não se discute com as pessoas, não se analisa a possibilidade de, em vez de  
682 fazer de proteção integral, fazer de uso sustentável. Este é um dos Estados que só



683 rivalizam com o Norte do país em termos de terras não tituladas. Tanto é que é por  
684 isso que a Secretaria de Desenvolvimento Agrário tem uma diretoria para fazer  
685 titulação. Então eu parto desse princípio. E eu entendo que o governo do Estado  
686 teria obrigação de assumir a reivindicação, várias vezes apresentada, de os  
687 agricultores familiares atingidos serem reassentados e continuarem enquanto  
688 agricultores. Você acha correto, em termos de indenização, receber só 60%? É  
689 preciso ter um pouco mais de bom senso. Agora, as pessoas não apresentam, na  
690 grande maioria das vezes, documento conforme a AGU quer porque eles não têm.  
691 Tanto é que nós sempre reivindicamos a atuação da Seda junto com o IEF. 'É  
692 aquela área ali, então regulariza antes, titula as pessoas'. Todo mundo teria o  
693 título legal. Em muitas dessas áreas, vocês sabem, que são desapropriadas, as  
694 pessoas têm isso que se chama documento da igreja, e é um documento para 20,  
695 30 famílias. Então não vamos transformar em culpado o que sofreu o impacto da  
696 desapropriação para a criação do parque. Nós estamos discutindo outra coisa, e  
697 se tem problema a nossa obrigação é resolver." Henri Dubois Collet, diretor de  
698 Unidades de Conservação/IEF: "Realmente, essa é a situação. Nós queremos  
699 contar muito com a sua experiência para nos ajudar a achar o caminho. Nós temos  
700 saída, sim, e temos que achar essa saída. E estamos à disposição para  
701 avançarmos o máximo possível nessa área, o que é todo o nosso interesse."  
702 Conselheiro Miguel Angelo Andrade: "Sendo mais objetivo, uma questão é a  
703 priorização da criação, onde, por que e o que queremos em 10, 15 anos, porque  
704 planejar a conservação por ano é pouco eficiente. A segunda questão é o plano de  
705 mosaicos, que eu acho que é interessante abordar. E eu vejo que quem tem uma  
706 área conservada desapropriada, para além dos 60%, 'quando vamos comprar uma  
707 fazenda em Uberlândia, vamos pagar o preço de lá para a nossa produção,  
708 porque a terra é muito boa'. Se o IEF que criar unidade de conservação, ou  
709 qualquer outro ente, tem que valorar a área conservada. E para o fim de  
710 conservação eu acredito que valha muito mais que 60%. O preço às vezes não  
711 está sendo justo." Henri Dubois Collet, diretor de Unidades de Conservação/IEF:  
712 "Com relação a criação das unidades de conservação, quando eu assumi a  
713 diretoria já havia algumas unidades. E o que se questionava muito era por que  
714 criar nova unidade de conservação se não consegue regularizar a que você já  
715 criou. Realmente, é uma questão que nós nos perguntamos. O CAR está nos  
716 ajudando muito. No caso de Botumirim, nós já estamos usando o CAR. E  
717 verificamos que tem muitas áreas que não sabemos de quem são. E o pessoal  
718 solta o gado lá em cima, porque 'a terra é devoluta'. Mas nem isso nós  
719 conseguimos ainda ajustar, em função das mudanças que tivemos nas diversas  
720 Secretarias, desde a extinção da Ruralminas e tudo o mais. Agora, estamos  
721 conseguindo agendar uma reunião para tratar disso. Nós precisamos desse apoio  
722 porque sabemos que vários parques têm centenas de hectares que nós sequer  
723 sabemos de quem são. Então essa questão da criação de unidade, no momento,  
724 está vindo sob pressão da comunidade. Ela vem sob demanda da própria  
725 Assembleia, que já está fazendo seu estudo e suas tratativas e tem todos os seus

726 procedimentos com os seus deputados para que aprovelem ou não. No caso de  
727 Botumirim, foi uma demanda que já veio do prefeito anterior, e a prefeita atual já  
728 está endossando e apoiando a criação. Então nós estamos utilizando a base do  
729 CAR para identificar quem são os proprietários. Então é uma das prioridades que  
730 nós temos. Agora tem outras, inclusive, em propriedades do Estado. No caso de  
731 Ouro Preto, é uma propriedade de 170 hectares que pertence ao Estado, e nós  
732 precisamos dar um destino àquela área. Então tem uma demanda porque lá foi  
733 criado um jardim botânico nos anos 30. A ideia era justamente aproveitar essa  
734 propriedade, que já é do Estado, e criar uma unidade de conservação naquela  
735 área. No momento, não podemos dizer que vamos criar se não tiver a confirmação  
736 do recurso, isso é uma exigência da norma, que já fala: se tiver disponibilidade de  
737 recursos, compra. Então o que nós estamos adotando, no momento, é o valor que  
738 nós temos em recurso para que possamos, pelo menos, pagar os que  
739 apresentarem seus documentos.” Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da  
740 Silva: “Vocês têm, atualizado, o valor que é necessário para a regularização?  
741 Excluindo esse parque ao lado da Cidade Administrativa, cujo valor é algo surreal  
742 que já foi comentado. Como está a discussão do passivo que foi deixado? O  
743 governo se apropriou do dinheiro que deveria ser destinado às unidades de  
744 conservação. Nós entendemos que não é culpa deste governo, mas essa conta  
745 tem que ser paga, ou tem que se achar uma solução, porque alguém tem que ser  
746 responsabilizado. Na questão do Fhidro, fizeram do mesmo jeito. E eu queria  
747 reforçar um pouco o que o Miguel e outros ressaltaram sobre os outros  
748 instrumentos. Desde a época dos desmatamentos nas regionais ou no IEF, nós  
749 destacávamos. Tem um instrumento, eu tenho críticas à forma que foi aprovado,  
750 mas se pode regularizar unidade de conservação e fazer compensações de RL em  
751 casos de déficit em excesso. Há quantos anos nós estamos discutindo a questão  
752 do Quebra Anzol? Não vai ser prioridade, porque o valor da terra pode ser mais  
753 alto etc. Se pega a questão da priorização, quantas unidades nós temos no  
754 Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba? No Alto Paranaíba tem uma, de 400 hectares.  
755 O Triângulo Mineiro tem uma unidade que foi criada e não cumpriu o fundamento,  
756 aquela do Pau Furado. Houve uma compensação, e não tem estudo nenhum para  
757 ser criada. E, por fim, o Refúgio, por causa do problema hidrelétrico. É uma região  
758 que tem três unidades de conservação de proteção integral. O Quebra Anzol não  
759 vai ser prioridade. Agora, nós temos perdido, sistematicamente, processos de  
760 desmatamentos na área aonde sabemos que deve ser criada a unidade. E o CAR  
761 poderia vir para substituir e não ter a necessidade de se criar unidade. Bastava  
762 essas realocações de reservas legais serem direcionadas. A questão do  
763 macrozoneamento. Nós ficamos enrolando. É igual à questão dos rios. Quanto  
764 tempo ficamos falando? O setor elétrico avança sobre os rios prioritários. Basta  
765 ver o escárnio que foi a questão do rio Araguari. Quem conhece historicamente  
766 sabe que foi uma coisa absurda. Perdemos uma área prioritária para conservação.  
767 Está lá o rio Quebra Anzol ameaçado por PCH, está lá o rio Tijuco ameaçado  
768 ainda por PCH, dentro da unidade, as PCHs acima. Bastava ter instrução que não

769 se precisava criar unidade de conservação, mas algumas restrições já no  
770 macrozoneamento. O que daria segurança, inclusive, para o empreendedor. Em  
771 áreas, por exemplo, de mineração, em áreas desses rios. Macrozonear e dizer  
772 onde pode e onde não. Aí, não precisamos ficar disputando duas PCHs, como  
773 está no rio Tijuco, há 12 anos esperando uma resposta. E vai continuar por mais  
774 dez ou 15 anos essa disputa. Se o Estado não tivesse feito o seu papel. Falta essa  
775 instrumentalização, e nós estamos querendo reforçar isso. Por fim, eu tenho  
776 certeza de que esse número de 1 milhão de pessoas é nada pelo potencial que  
777 nós temos. Tem unidades de conservação em países desenvolvidos com potencial  
778 muito menor, por exemplo, do que o Ibitipoca, que recebem 10 milhões, 12  
779 milhões, 15 milhões, 20 milhões de pessoas. Eu, particularmente, já advogo a  
780 questão de tratar as unidades que têm a questão da visitação pública como uma  
781 das prioridades com as PPPs. Nós precisamos tratar algumas unidades de forma  
782 profissional, não se pode ficar mais nesse amadorismo de tratar unidade de  
783 conservação de uma forma assim: 'Vamos administrar'. É a mesma história dos  
784 aeroportos no Brasil, das ferrovias, das estradas. Se existem excessos, tudo bem,  
785 existem, mas as unidades de conservação pelo mundo que têm visitação boa  
786 parte funciona com PPPs. Então em vez de ficarmos disputando, às vezes, com o  
787 setor econômico, que o governo fizesse políticas que dessem garantias para que  
788 algumas unidades pudessem vir para PPPs, seja para ONGs, seja para empresas.  
789 Que o empregador tenha a segurança de colocar o seu dinheiro ali. Podem ter  
790 certeza, vejam e estudem os exemplos de unidades em PPPs, são altamente  
791 lucrativas. Vamos parar um pouco esse mito da unidade de conservação  
792 entocada. Esses conflitos continuam, é isso que está acontecendo.” Conselheiro  
793 Adriano Nascimento Manetta: “Em um primeiro ponto, eu acho que o doutor  
794 Eduardo falou uma coisa que já estava no inconsciente e nunca tinha sido  
795 materializado para mim, que é a figura dos atingidos por unidades de  
796 conservação, algo mais ou menos como movimento do atingidos por barragem. Há  
797 que se ter essa sensibilidade quando tratamos de regularização, porque uma coisa  
798 é patrimônio. É muito ruim quando a unidade lesa o patrimônio de alguém, mas é  
799 muito pior quando esse drama assume uma condição humana, vira um drama  
800 humano, de gente posta à margem da sociedade. E nesse sentido eu acho que é  
801 o caso de apoiar tanto a priorização quanto a facilitação dessa desapropriação de  
802 quem é menos favorecido, de quem está em situação de risco, a baixa renda  
803 inserida na unidade de conservação. Se não com os instrumentos que o doutor  
804 Eduardo trouxe, por que não reconhecer para a baixa renda uma vez que a  
805 unidade é claramente delimitada e ali não acontece um problema que acontece  
806 em ocupação irregular e em favela, que é, uma vez que se vai fazer  
807 desapropriação, as pessoas terem afluxo? Por que não reconhecer, nesse caso,  
808 para baixa renda, a posse? Por que exigir da pessoa que já não tem recurso da  
809 regularização de propriedade? Sendo que tudo que nós queremos é que ela se  
810 retire dali, sendo unidade de uso integral. De preferência, dessa maneira,  
811 reassentada e mantendo a sua qualidade de vida. Nesse sentido também, é muito

812 ruim essa situação para a imagem das unidades de conservação, fica a impressão  
813 de que o Estado simplesmente toma, crie uma conduta de conflito, de confronto, a  
814 unidade passa a ser uma indutora de conflitos e não um equipamento positivo,  
815 vantajoso, para a região. E aí, nesse sentido, é muito importante, especialmente  
816 na elaboração dos planos de manejo e das zonas de amortecimento, que não  
817 tenha a figura das zonas de amortecimento expropriatórias, quer dizer, aquelas  
818 que efetivamente impedem todo tipo de atividade econômica. Se esse é o perfil,  
819 aquela área deveria estar dentro da unidade de conservação e não fora. Quando  
820 vem uma proposta como essa, o conflito social, o conflito com os municípios e  
821 com as pessoas do entorno é instantâneo, abre o pé de guerra. Isso não interessa,  
822 o que interessa é trazer a população para apoiar, conviver e defender o parque, a  
823 unidade. Então essas duas considerações e uma última lembrança de que, no  
824 caso, eu deveria até estar defendendo que o grande proprietário de terra fosse  
825 pago primeiro, mas ele tem tempo para esperar, e quem só tem aquela moradia  
826 não tem.” Conselheiro Geraldo Vitor de Abreu: “Atendendo ao apelo do secretário,  
827 eu já combinei com o Henri, e na sexta-feira nós vamos fazer as tratativas com a  
828 Secretaria no sentido de colaborar e ter uma parceria mais profícua com a SEMAD  
829 em relação à regularização fundiária das áreas devolutas dentro das unidades de  
830 conservação.” João Paulo Mello Rodrigues Sarmiento, diretor geral do IEF: “Nós  
831 temos as unidades criadas, que têm problemas que estamos atacando, e a criação  
832 de novas unidades, em que temos tido todos esses cuidados para justamente não  
833 gerar conflitos. Nós temos buscado fazer dentro do próprio Snuc, e podem ter  
834 certeza de que as unidades somente são criadas depois de serem avaliados todos  
835 os aspectos econômicos e sociais. Nós estamos realmente minimizando os  
836 impactos que elas vão criar. Unidade de conservação, hoje, na percepção do IEF,  
837 não é uma área restrita de uso. Ela tem que ter o parque, a sua parte dentro do  
838 plano de manejo que é a parte de uso, e o restante será o que for definido no  
839 plano de manejo. E naquelas que são restritas, as reservas biológicas, os refúgios,  
840 teria que ser adotado dessa forma. Então todas essas questões legais e sociais  
841 para criação e manutenção das unidades de conservação são o foco, nós  
842 discutimos completamente. Aqueles que participam da CPB verificam que nós  
843 temos mudado toda essa concepção. Então nós temos que ver o que ocorreu e o  
844 que estamos programando agora para que, assim que criarmos essas unidades,  
845 elas já estejam realmente bem entendidas naquela comunidade. Isso é  
846 fundamental. Porque unidade de conservação, quando a comunidade do seu  
847 entorno é inimiga, o custo de manutenção é muito mais alto. E nós não estamos  
848 aqui querendo aumentar um problema social com a unidade de conservação.  
849 Muito pelo contrário. Além da parte de conservação, nós queremos buscar aquelas  
850 que tenham esse perfil de que seja realmente indutora. Nós temos exemplos  
851 fantásticos de unidades de conservação. E a questão de gestão nós estamos  
852 buscando, sim, nós estamos discutindo qual seria a melhor forma. Se for a PPP,  
853 por que não adotar? Nós só nos assustamos com o modelo de São Paulo, hoje,  
854 que é um modelo muito radical em alguns pontos, não tem uma observação

855 realmente da questão de conservação. Então nós estamos discutindo, nós  
856 estamos verificando como é feita a gestão em todo o mundo. O Chile tem uma  
857 gestão bacana, a Costa Rica também. Nós estamos buscando um acordo de  
858 cooperação técnica internacional, e já conversamos com a Secretaria de Governo,  
859 na parte da Secretaria de Assuntos Internacionais. Então nós estamos buscando  
860 toda uma nova política para criação, uso e manutenção dessas unidades. As  
861 terras devolutas do Estado que realmente tiverem toda uma aptidão para serem  
862 formadas as unidades seriam uma forma até de minimizarmos os impactos sociais  
863 da apropriação, de tirar a população. Então essa parceria do IEF e a Secretaria  
864 (de Estado de Desenvolvimento Agrário) vai ser muito interessante para  
865 evoluirmos realmente. E aquelas áreas do Estado que são devolutas, que não  
866 estão tendo uso, o Estado afetar como unidade de conservação vai ser muito  
867 bom.” Conselheiro Geraldo Vitor de Abreu: “Eu queria só acrescentar o seguinte.  
868 Tem unidade de conservação hoje que tem várias áreas devolutas ocupadas por  
869 posseiros, dentro da unidade de conservação. E a lei prescreve que, nesse caso,  
870 a prioridade é a unidade de conservação. Nós precisamos construir instrumentos  
871 que permitam a realocação dessas pessoas para áreas contíguas que possam ser  
872 também utilizadas por eles, para que possamos reduzir o impacto social dessas  
873 desapropriações. Mas isso nós vamos tratar em reuniões, e talvez depois até a  
874 gente traga ao Conselho um roteiro dessas tratativas entre a Seda e a SEMAD.” **9)**  
875 **MAPA DA QUALIDADE DAS ÁGUAS. Apresentação: Instituto Mineiro de**  
876 **Gestão das Águas (IGAM).** Regina Pimenta, da Gerência de Monitoramento de  
877 Qualidade das Águas/IGAM, fez apresentação do mapa da qualidade das águas  
878 de 2016. Após a exposição, foram registrados os seguintes debates. Conselheira  
879 Marina Imaculada Ferreira Caldeira: “Eu queria retomar uma dúvida em relação ao  
880 parâmetro alumínio para levar para a nossa equipe que também tem atuação  
881 relacionada à qualidade da água para consumo humano, sobretudo nessa região  
882 atingida pelo desastre. Nesse mês de janeiro, a relação está muito mais voltada  
883 ao revolvimento de sedimentos e carreamento de efluentes. Há essa relação  
884 também com o período chuvoso?” Regina Pimenta/IGAM: “Foi bem no período  
885 chuvoso. Na apresentação específica do rio Doce, nós temos, ponto a ponto,  
886 todas as variações de 2016, porque foi essa preocupação das audiências públicas  
887 relacionada à água tratada. Nós vemos que é um processo que já usa o alumínio  
888 no tratamento dentro das ETAs, e não está diretamente ligado a água bruta. Nas  
889 ETAs, acontece um processo interno com o uso do alumínio que afeta a água  
890 tratada em algumas análises. Não foi constante.” Conselheira Marina Imaculada  
891 Ferreira Caldeira: “Nessa questão dos efluentes, são fontes poluidoras difusas?”  
892 Regina Pimenta/IGAM: “São difusas, região de Caatinga.” Conselheira Marina  
893 Imaculada Ferreira Caldeira: “Historicamente, naquela região, assim como a  
894 composição do sedimento?” Regina Pimenta/IGAM: “É isso.” Conselheira Marina  
895 Imaculada Ferreira Caldeira: “Uma última dúvida é relacionada aos pontos de  
896 coleta. Estão localizados próximo aos pontos de captação? Tem alguma relação  
897 com os pontos de captação para o abastecimento?” Regina Pimenta/IGAM: “Nós

898 temos pontos próximo. Nós já tínhamos uma rede de monitoramento com 12  
899 pontos na calha, e esses pontos foram aproveitados, mas estão próximo do ponto  
900 de captação para água tratada. Esses 12 pontos que foram monitorados na calha  
901 do rio Doce eram pontos já com a série histórica do IGAM e que foram  
902 aproveitados. Porém, dentro da Câmara Técnica de Segurança Hídrica, nós  
903 criamos o PMQQS, que levou em consideração exatamente as áreas dos pontos  
904 de captação. Nós vamos ter um monitoramento completo, quali, quanti,  
905 sedimentos, até a área costeira e marinha, com estações automáticas, medição de  
906 vazão. É um monitoramento em que levantamos vários critérios para que seja  
907 construído. Já começaram as instalações das estações automáticas. Esse  
908 monitoramento que nós, órgãos ambientais – Ibama, Iema, IGAM –, vamos  
909 acompanhar tem esse foco.” Conselheiro Miguel Angelo Andrade: “Este é um  
910 exemplo de instrumento com planejamento. Quando eu falei da questão das áreas  
911 protegidas é nesse sentido. Tem um alvo e prioriza-se em função de  
912 enquadramento. Enquadrar as nossas áreas prioritárias é fundamental para um  
913 bom planejamento. Além disso, quando nós vamos nadar no rio das Velhas? Essa  
914 é a pergunta que não quer calar já há anos. Eu queria parabenizar o trabalho da  
915 equipe do IGAM, um trabalho muito importante, mas o que estou vendo –  
916 historicamente, nós temos essas referências – é que nós temos hoje empresas  
917 que usam água, recolhem recurso e devolvem esgoto. Eu não estou entendendo a  
918 lógica de concedermos esse capital natural e recebermos o passivo. Eu estou  
919 falando da Copasa. Eu acho que tem que abrir esses dados para o nosso Estado  
920 no sentido desse nível de impacto. Quanto está custando isso, quanto custa esse  
921 impacto? Eu acho que são duas agendas que conversam muito, as unidades de  
922 conservação também fornecem esse serviço. Além da entrada do visitante, tem o  
923 prestador desse serviço de graça, e não tem sido retornado para quem tem  
924 conservado. Talvez as duas agendas devam conversar mais. Primeiro como  
925 instrumento, que eu acho que aprimora o outro setor, e segundo pelo próprio  
926 impacto. Eu vou evitar adjetivar, mas é um fato saber que temos uma causa direta  
927 de poluição em função de esgoto na região metropolitana. Nós vamos deliberar  
928 sobre o que com esse dado? Eu não sei que horas nós vamos deliberar sobre  
929 questões da política ambiental de Minas. Nós estamos sendo coniventes com esse  
930 dado se assim não deliberarmos. Óbvio que não vai ser hoje, é uma pauta  
931 extensa, muito profunda. Mas é um dado que está gritando.” Regina  
932 Pimenta/IGAM: “Eu acho que nós vamos ter uma visão muito clara disso com o  
933 monitoramento do rio Doce. Essa Câmara Técnica de Segurança Hídrica, em que  
934 o IGAM está inserido, se tratam também dos esgotos e dos resíduos sólidos. Já foi  
935 feito um plano de saneamento para os 39 municípios ao longo do rio Doce que  
936 contribuem com os esgotos, e nós vamos ter um projeto em que teremos essa  
937 visão. Nós temos que ver, na prática, a retirada dos esgotos e o acondicionamento  
938 dos resíduos sólidos. Esse retrato positivo de revitalização de uma bacia pode ser  
939 um exemplo para toda a Minas Gerais. Esse é o lado positivo que eu vejo no  
940 impacto do rio Doce.” Conselheiro Miguel Angelo Andrade: “Mas quem fornece

941 água tem que tratar o esgoto. Alguém tem que se responsabilizar, porque cobra-se  
942 pelo uso da água, eles não pagam por esse ativo e nos entregam parte disso. Eu  
943 acho que é extremamente sério, e nós não temos discutido isso no âmbito de uma  
944 concessionária. Está sendo concedido o uso. Eu acho que é um caso também a  
945 ser discutido na política das águas do Estado.” Conselheira Letícia Capistrano  
946 Campos: “Eu concordo com a questão da Copasa e acho que até cabe, às vezes,  
947 uma conversa, um grupo de trabalho junto à Copasa. E a segunda questão, do  
948 que podemos fazer com os dados, eu acho que é aquela questão mesmo do ‘ouvir  
949 para governar’. Nós estamos aqui para ouvir também, o governo está aqui para  
950 ouvir também. Ela apresentou os dados, nós temos que fazer o papel que nos  
951 cumpre fazer, mas estamos aqui para ouvir também.” Conselheiro Wagner Soares  
952 Costa: “Nós temos utilizado esses dados há mais de cinco anos. Em todo ano,  
953 assim que são publicados, nós fazemos uma reunião de trabalho para orientar os  
954 analistas ambientais do ‘Minas Sustentável’ na forma de trabalhar. Nós temos feito  
955 um trabalho bastante intenso na questão do tratamento dos efluentes e na  
956 redução de água, e já percebemos, pelo menos nas grandes empresas, muitas,  
957 um trabalho de zero efluente. E isso tem descido na cadeia produtiva das grandes  
958 empresas para aqueles fornecedores de primeiro nível, o primeiro que fornece  
959 alguma coisa agregada para a grande indústria. Com esse aumento no número de  
960 tóxico, nós vamos analisar, porque está fora do nosso padrão. Nós estamos  
961 acompanhando e temos visto uma queda ao longo do tempo, e de repente dá uma  
962 questão como essa. Nós estamos preocupados com isso. Agora, aqui na região  
963 metropolitana, nós temos enfrentado uma outra questão com a redução do uso da  
964 água na empresa, o que se chama ‘Precend’, da Copasa. No Precend, quando  
965 aumenta a concentração do efluente para fazer o lançamento, tem um fator de  
966 aumento do preço do tratamento do efluente. Então nós estamos em um  
967 contrassenso: reduz o consumo e concentra o lançamento, e é penalizado por ter  
968 diminuído a diluição para lançar lá dentro. Então nós estamos discutindo essa  
969 questão. Quanto mais trabalhamos para reduzir a água, mais pagamos o Precend  
970 dentro da Copasa. E nós temos encontrado dificuldades na solução desse  
971 problema, que é um fator penalizador no processo.” Conselheiro Gustavo  
972 Bernardino Malacco da Silva: “Eu vou dar um caso não só da Copasa, mas do  
973 Demae, que é referência nacional; o sistema de Uberlândia. Mas que jogo de 30%  
974 a 50% de esgoto in natura. Isso é fato. Quando se foi discutir a captação no  
975 reservatório de Capim Branco, nós questionamos o gestor do Demae. ‘Você está  
976 buscando quantos milhões para captação? E o tratamento?’ ‘Quanto ao  
977 tratamento, nós vamos fazer um plano depois’. Então tem duas vertentes. Primeiro  
978 é o enquadramento. Parecer que está todo mundo brincando, enrolando e não  
979 fazendo o dever de casa, que tem um instrumento previsto na Polícia Nacional,  
980 previsto na Política Estadual, e não estamos andando. Nós precisamos encarar  
981 essa questão do enquadramento. Segundo, uma discussão macro que depende  
982 de cada região, é o valor da água. Eu quis dar o exemplo das concessionárias de  
983 pedágio etc. A sociedade causa o impacto, e eu entendo que tem que pagar. Da

984 mesma forma, na questão do esgoto, a indústria, a população, tem que se saber  
985 em cada região o valor. Nós sabemos que o investimento em tratamento de  
986 esgoto não é mole. Uberlândia tem uma taxa de água que é ridícula. É outro  
987 debate que nós vamos ter que enfrentar, o valor da água. O que tem de recurso  
988 hoje dá para fazer investimento? Aí ficam as duas coisas: valor da água e falta de  
989 enquadramento, que poderia forçar a concessionária de saneamento a se  
990 programar nos seus investimentos.” Regina Pimenta/IGAM: “Nós que vamos a  
991 campo há muito tempo vemos essa realidade. A maioria dos municípios de Minas  
992 é isso mesmo, todos têm um caninho que cai no rio. Em todas as reuniões nós  
993 falamos isso. É a política de saneamento. Então é uma coisa realmente em que  
994 temos que dar foco daqui para a frente, porque já estamos chegando ao fundo do  
995 poço.” Marília Carvalho de Melo, subsecretária de Fiscalização Ambiental: “Nós  
996 temos um programa que foi instituído por este Conselho, o Minas Trata Esgoto,  
997 que tem metas estabelecidas de tratamento de esgoto e é gerido pela FEAM.  
998 Houve uma última publicação de 2016, é às vezes é hora de este Conselho  
999 rediscutir. A função deste Conselho é essa, propor políticas públicas. Minas Trata  
1000 Esgotos, Minas Sem Lixões. No Minas Sem Lixões, nós estamos trabalhando com  
1001 o Rodrigo, presidente da FEAM, junto com o Ministério Público e a Secir,  
1002 Secretaria de Cidades, estabelecendo algumas prioridades para investimento em  
1003 disposição adequada de resíduos sólidos, trabalhando alguns consórcios já  
1004 existentes, com recursos do PAC. Já tem garantido recurso para o projeto  
1005 executivo e o licenciamento ambiental. Aí nós vamos trabalhar no apoio à  
1006 captação de recurso para execução dessas obras. O próprio MP já tem avaliado  
1007 isso. Nós já estamos fechando o segundo grupo e vamos nos reunir com a Setop  
1008 para ter um compromisso da Setop também nesse segundo grupo. Nos escritórios  
1009 de projetos de engenharia que serão implantados agora, priorizar esse segundo  
1010 grupo para também fazer projeto de disposição adequada de resíduos sólidos.  
1011 Mas lembrando que a função deste Conselho é essa e que tem dois programas  
1012 que foram instituídos por este Conselho: Minas Trata Esgotos e Minas Sem  
1013 Lixões. E o conselheiro também pode provocar para que isso retorne à pauta e  
1014 seja rediscutido.” Conselheiro Eduardo Antônio Arantes do Nascimento:  
1015 “Secretário, eu queria encampar e solicitar a proposição que a Marília fez, para  
1016 que na próxima reunião o senhor pautasse esses dois programas. Eu participo do  
1017 Comitê da Bacia do Rio das Velhas, e com o recurso cobrado pelo uso da água o  
1018 Comitê elaborou 21 planos municipais de saneamento básico, em 21 municípios  
1019 da Grande BH. E entregamos os planos. Alguns fizeram? Não. O que os  
1020 municípios alegam? E é uma realidade no país. Que os municípios não têm  
1021 recursos. Para um município acessar empréstimo no BDMG para saneamento, o  
1022 teto mínimo é R\$ 20 milhões. Se pega um município como Morro da Garça, sem  
1023 possibilidade. A segunda coisa é que, nesta semana, o presidente da Sabesp, em  
1024 São Paulo, lançou uma tese no mínimo polêmica. A Sabesp, no ano passado,  
1025 lucrou R\$ 1,2 bilhão, e grande parte desse recurso vai para o governo, que é o  
1026 acionista; vai para o chamado caixa único. Enquanto isso, solenemente, se



1027 desconhece a condicionante do Cantareira há 20 anos para revegetar em volta do  
1028 Cantareira. Está sem mata ciliar, sem revegetação. Foi colocada aqui uma  
1029 questão interessante e que merece discussão. O presidente da Sabesp falou que  
1030 a única saída no Estado para ampliar o saneamento é aumentar a tarifa. Eu já  
1031 adianto que, na economia brasileira, qualquer aumento de tarifa ou imposto, quem  
1032 cai no centro da mira são os mais pobres. Essa é uma questão que tem de ser  
1033 observada, porque os impostos fluem nesse sentido. Tem teses que falam que as  
1034 companhias de saneamento têm que ser autossustentáveis. Quer dizer, têm que  
1035 prestar o serviço e arrecadar de tal forma a fazer os investimentos. Eu digo: nem  
1036 com a Thatcher deu certo, nem lá. É política pública em país com altas  
1037 desigualdades de renda e de condições de infraestrutura. Então não vai dar certo.  
1038 Tem que acoplar a essa discussão e assumir enquanto política pública, e discutir  
1039 as prioridades do Estado. No PPAG da Assembleia no ano passado, para discutir  
1040 as emendas populares, teve oito comissões: Meio Ambiente, Agricultura,  
1041 Transporte etc. Sabem a única que não se realizou por falta de quórum, porque  
1042 não tinha nenhuma pessoa? A de Saneamento. Isso é sintomático. Ou talvez se  
1043 devesse fazer a discussão seguinte: por que isso acontece? Por que à Comissão  
1044 de Segurança vão 190 pessoas, à de Meio Ambiente, 70, à de Agricultura, 100, e  
1045 à de Saneamento, ninguém? Eu reforço a proposta da Marília e faço como  
1046 proposição. Eu acho que seria interessante que o senhor pautasse na próxima  
1047 reunião, convidasse a Copasa para se manifestar. E acho que a discussão é boa.”  
1048 Conselheiro Gustavo Bernardino Malacco da Silva: “Só para esclarecimento, o  
1049 Dmae é 100% público. Só para não colocar na mesma igualdade com a Sabesp,  
1050 que é outro sistema.” **10) PROPOSTA DE AGENDA ANUAL DAS REUNIÕES DO  
1051 PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL (COPAM)  
1052 PARA O ANO DE 2017. Apresentação: SEMAD.** Aprovado por unanimidade o  
1053 calendário do Plenário do COPAM para o ano de 2017, com reuniões previstas  
1054 para 5 de abril, 21 de junho, 13 de setembro e 13 de dezembro e a possibilidade  
1055 de convocação de sessões extraordinárias. **11) ENCERRAMENTO.** Não havendo  
1056 outros assuntos a serem tratados, o presidente Jairo José Isaac declarou  
1057 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

---

## APROVAÇÃO DA ATA

---

**Jairo José Isaac**  
**Presidente do COPAM**